



BOI NA LINHA

# DIALOGOS BOI NA LINHA

**MESA 2** Reinserção do produtor - como os pecuaristas podem voltar a vender para os frigoríficos

- Alexandre Kassi** - Presidente do Sindicato dos Criadores de Bovinos do Estado do Rio de Janeiro
- Jose Luis** - Diretor de Negócios de Desenvolvimento de Negócios da BRF
- Luiz Faria** - Diretor de Negócios de Desenvolvimento de Negócios da BRF
- Chico da Cui** - Diretor de Negócios de Desenvolvimento de Negócios da BRF
- Luiz Horta** - Diretor de Negócios de Desenvolvimento de Negócios da BRF
- Maurício Fraga Filho** - Diretor de Negócios de Desenvolvimento de Negócios da BRF
- Chico Fonseca** - COMENTARISTA



# DIÁLOGOS BOI NA LINHA



# DIÁLOGOS

## BOI NA LINHA

---

1ª Edição - Novembro 2023



REALIZADO POR BOI NA LINHA

PARCEIROS: imafiora, DURLI, FORTALEZA, VALENCIO

**DIÁLOGOS BOI NA LINHA**

**MESA 2** Reinserção do produtor - como os pecuaristas podem voltar a vender para os frigoríficos

- Alexandre Kaval**  
Coordenador de Assistência Técnica do IBRPEC
- Bruno Feltz**  
Diretor Geral dos Negócios Agrícolas
- Chico da Cid**  
Diretor de Comércio Exterior do IBRPEC
- Louisa Malagães**  
MODERA
- José Leite**  
Diretor de Mercado Regional do IBRPEC
- Maurício Fraga Filho**  
Pecuarista, Diretor Geral e Presidente do IBRPEC
- Chico Fonseca** COMENTARISTA  
Especialista em governança pública privada do TNC





## **DIÁLOGOS BOI NA LINHA - Marabá, 16 de novembro de 2023.**

Promovido pelo Imaflora e pelo Programa Boi na Linha, o objetivo desta primeira edição do evento Diálogos Boi Na Linha é observar e debater os desafios e demandas da cadeia da carne e do couro bovinos na Amazônia Legal.

O encontro reúne representantes do governo, poder público, sociedade civil, produtores e indústria para conversar sobre temas como reinserção, pecuária sustentável, monitoramento, rastreabilidade, transparência e, por fim, como tudo isso impacta nos negócios da cadeia.

O Pará foi escolhido para sediar esta primeira edição para que todos possam observar o que o estado tem feito no sentido de conciliar produção pecuária, legalidade, conservação da floresta e respeito aos direitos dos trabalhadores do setor, além de debater como suas práticas podem ser multiplicadas.



## **Sobre o Imaflora**

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, dedicada a promover o uso sustentável e inclusivo dos recursos naturais. Desenvolve soluções que conciliam conservação ambiental e desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que oferece serviços para o mercado. Com grande representatividade nos setores florestal, agropecuário, da sociobiodiversidade e de clima, o Imaflora desenvolve programas, projetos e ações que permitem atender desde comunidades tradicionais e povos indígenas até empresas multinacionais e a sociedade civil.

Criado em 1995, o Instituto realiza trabalho em campo, assistência técnica, certificação socioambiental, além de pesquisa e desenvolvimento de estudos com base em dados públicos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e fornecer subsídios para o apoio à tomada de decisão e à formulação de políticas públicas e privadas.

O Imaflora é um agente de articulação que preza pela atuação em rede, viabilizando parcerias para fomentar soluções coletivas, que já beneficiaram mais de 62 mil pessoas em 8,1 milhões de hectares de florestas e unidades produtivas em todo o Brasil.

**[imaflora.org](http://imaflora.org)**  
**[linkedin.com/company/Imaflora](https://www.linkedin.com/company/Imaflora)**

## **Sobre o Boi na Linha**

Criado em 2019 pelo Imaflora, em parceria com o Ministério Público Federal, o Programa Boi na Linha é uma iniciativa que conecta produtores, frigoríficos, varejistas, curtumes e investidores para o fortalecimento da cadeia da carne bovina e do couro com responsabilidade socioambiental, transparência e respeito à legalidade.

Tendo como principais instrumentos os Protocolos de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia e de Auditoria - adotados amplamente pela indústria - a iniciativa atua no enfrentamento de desafios do setor, para que a atividade se desenvolva livre de desmatamento ilegal, garantindo o combate ao uso de mão de obra escravizada e sem invadir terras públicas ou de povos e comunidades tradicionais.

Dessa forma, o Programa Boi na Linha promove ainda o cumprimento de critérios socioambientais alinhados às exigências impostas por leis vigentes na União Europeia e no Reino Unido, importantes mercados consumidores de produtos bovinos brasileiros.

O Boi na Linha estimula também a transparência no setor por meio de uma plataforma digital indicando frigoríficos signatários de compromissos socioambientais na Amazônia Legal e disponibiliza conteúdo próprio e selecionado em seu site e perfil no LinkedIn.

**[boinalinha.org](http://boinalinha.org)**

**[linkedin.com/showcase/programa-boi-na-linha](https://www.linkedin.com/showcase/programa-boi-na-linha)**



**Financiado pela  
União Europeia**

## Sobre o Relatório de Registro da 1ª edição dos Diálogos Boi na Linha

Esta publicação registra todo o conteúdo do evento promovido em Marabá, no dia 16 de novembro de 2023.

### Executivas Imaflora

#### Secretária Executiva

Marina Piatto Garcia

#### Secretária Executiva Adjunta

Ana Patrícia Cota Gomes

#### Diretora do Programa de Clima, Uso da Terra e Políticas Públicas

Isabel Garcia-Drigo

### Equipe Boi na Linha

Lisandro Inakake de Souza - **Gerente**

Alana Almeida de Souza - **Coordenadora**

Louise Nakagawa - **Coordenadora**

Guilherme Whyte - **Coordenador**

Fernanda Tasca - **Analista**

Sofia Bosque - **Assistente**

Marcella Cavalcanti - **Assistente**

Rodrigo Cascalles - **Consultor**

Daniela Marques - **Jornalista**

#### Revisão e tradução:

Camila Marques

#### Design Gráfico:

Social Comunicação

#### Realização:

**BOI NA LINHA**  *imaflora*<sup>®</sup>

---

# ÍNDICE

<b>Comunicado para a Imprensa</b>	<b>10</b>
<b>Solenidade de Abertura</b>	<b>14</b>
<b>Mesa 1 • Boi na Linha</b>	<b>24</b>
<b>Mesa 2 • Reinserção do Produtor</b>	<b>33</b>
<b>Mesa 3 • Pecuária Legal e Sustentável</b>	<b>43</b>
<b>Mesa 4 • Fornecedores Indiretos</b>	<b>53</b>
<b>Conclusões e recomendações</b>	<b>62</b>

---





## Comunicado para a Imprensa

### **Pecuária paraense reforça compromisso com a sustentabilidade e propõe rastrear todo o rebanho do estado**

***A primeira edição dos Diálogos Boi na Linha reuniu protagonistas da atividade para debater a produção de carne sustentável, na cidade de Marabá (PA)***

O desafio de produzir carne de qualidade com rastreabilidade, legalidade e responsabilidade socioambiental na Amazônia Legal foi o foco principal dos debates realizados ao longo do dia 16 de novembro, durante a realização da primeira edição dos Diálogos Boi na Linha, evento promovido pelo Imaflora no Carajás Centro de Convenções, em Marabá (PA).

Durante todo o dia, representantes do governo, sociedade civil, frigoríficos e pecuaristas acompanharam quatro mesas de debate com 24 painelistas, que falaram dos desafios e das oportunidades da atividade, principalmente no Pará, que possui o segundo maior rebanho bovino do Brasil, com quase 27 milhões de cabeças de gado e é o estado pioneiro em iniciativas sustentáveis na prática da pecuária.

“As conversas realizadas aqui apresentaram soluções e ferramentas já implementadas no Pará e que mostram que, realmente, é um estado pioneiro e que pode auxiliar com seu exemplo na aplicação de muitas iniciativas. Essas ações precisam ser costuradas entre diversos elos dessa cadeia, que se reuniram para um debate transparente e enriquecedor neste evento, visando estabelecer uma agenda de implementação em escala para rastrear e monitorar esse rebanho”, afirma a diretora-executiva do Imaflora, Marina Piatto.

Segundo ela, os pontos exibidos ao longo do evento trouxeram uma consciência coletiva da emergência em acelerar essa implementação em um nível estadual de rastreabilidade na pecuária. “A rastreabilidade não é só uma exigência de mercado. É importante

saber que o Pará se propõe a rastrear todo o rebanho, desde o nascimento dos animais, mas, para isso, é necessário esse diálogo e o engajamento de todos os envolvidos no tema, e que estejam comprometidos com a sustentabilidade”, acrescenta.

### **A escolha estratégica de Marabá (PA)**

Dona de um rebanho de cerca de 1,3 milhão de cabeças de gado, a cidade de Marabá ocupa hoje a quinta posição entre os maiores criadores do país, segundo dados da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse cenário coloca o município em destaque, principalmente pelo crescimento da atividade pecuária com foco em sustentabilidade.

“Mais do que trazer para o Pará, temos que ressaltar a importância de o evento ter vindo para Marabá, interior do estado e uma das maiores praças de pecuária do Brasil. Isso é importante, uma vez que a finalidade do evento, como o próprio nome diz, é dialogar com os pecuaristas, para que eles entendam os compromissos da rastreabilidade e as oportunidades que o tema gera para eles”, explica o Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Estado do Pará, Raul Protazio Romão.

Para ele, viabilizar esse diálogo é importante, principalmente por aproximar o poder público dos produtores, pois ajuda a passar a mensagem com mais agilidade e eficiência, evidenciando o papel do Pará como exemplo de ações voltadas à pecuária sustentável. “O Pará foi o primeiro estado a criar uma plataforma pública de rastreabilidade que é capaz de identificar fornecedores indiretos. Agora estamos propondo a universalização da rastreabilidade individual, que é o maior grau de rastreabilidade, maior nível de garantia e de segurança que existe. Isso não é o Pará entrando na rastreabilidade, mas sim evoluindo para o individual, mostrando que estamos sim à frente nessa agenda”.

Presente em uma das mesas de debate do evento, o Procurador da

República do Ministério Público Federal, Ricardo Augusto Negrini destacou a importância da realização de eventos como esse para promover o diálogo entre todos os envolvidos no processo de produzir com mais sustentabilidade, engajando a todos no objetivo final.

“Realizar esse evento em Marabá foi uma escolha muito feliz e importante, principalmente no ponto de vista do MPF, pois conseguimos estar mais perto dos produtores rurais, que nem sempre conseguem se deslocar até Belém para uma conversa como a de hoje. Além disso, a presença de tantas pessoas aqui mostra uma boa vontade de todos nessa aproximação, destacando o interesse pelo assunto”, destaca Negrini.

Segundo ele, a questão fundamental para os próximos diálogos é a cadeia dos indiretos. “Esse será o tema que todos teremos que enfrentar, com diálogo e entendimento. Há algum tempo estamos tratando desse assunto. Hoje compreendemos que temos ferramentas e informações que não tínhamos, além de sistemas que permitem a requalificação dos produtores. Precisamos ter mecanismos eficientes para não prejudicar quem quer se requalificar e debates como esse auxiliam nesse processo”, reforça.

## **Diálogo e agilidade**

Lisandro Inakake, gerente de projetos do Imaflora, à frente do programa Boi na Linha, destaca que as chaves para o avanço dos procedimentos que tornam a pecuária sustentável estão no diálogo e na agilidade dos processos.

“Precisamos promover a evolução do debate, identificando as agendas comuns e discutindo os pontos divergentes, sempre em busca do avanço. Nesse contexto, o evento Diálogos Boi na Linha cumpriu seu papel, pois atingiu o objetivo de entrar no espaço e promover a conversa entre os protagonistas do setor. Os desafios e as oportunidades foram apresentados e, por meio deles entendemos que temos sim a possibilidade de fazer a transição da pecuária mais responsável e mais eficiente, que contribua para redução da emissão dos gases de efeito estufa, evitando que a expansão desordenada sobre o território, principalmente em terras públicas, não seja associada à atividade”, resume ele.

“Encerramos a primeira edição do evento com a certeza do sucesso do diálogo e muito agradecidos pelo acolhimento e engajamento dos pecuaristas de Marabá e região, que se propuseram a participar e debater conosco o futuro da pecuária na Amazônia Legal”, finaliza Inakake.

## **Diálogo, engajamento e implementação**

A primeira edição dos Diálogos Boi na Linha reuniu diferentes atores em discussões sobre controle e transparência da cadeia e contou com quatro mesas de debates.

Na primeira mesa, intitulada “Boi na Linha - monitoramento da cadeia paraense e maior transparência para o mercado”, discutiu-se a importância da harmonização de normas de legalidade e para o desenvolvimento sustentável da cadeia, contempladas nos protocolos criados pela iniciativa.

A segunda mesa, “Reinserção do Produtor - como os pecuaristas podem voltar a vender para os frigoríficos”, abordou diferentes iniciativas, públicas ou privadas, hoje existentes para a reintegração do produtor nos mercados. Sirflor, Escritórios Verdes, PREM e Pecuária Verde foram alguns dos citados.

A terceira mesa, “Pecuária Legal e Sustentável - vantagens produtivas e econômicas para o setor”, discutiu tópicos como o protagonismo do produtor na melhoria dos processos, as dificuldades hoje ainda encontradas e os ganhos financeiros e não-financeiros da adoção de boas práticas.

Na quarta e última mesa, “Fornecedores Indiretos - rastreabilidade e transparência como diferenciais de negócio”, temas como engajamento do produtor, comunicação, convencimento e importância da rastreabilidade da cadeia vieram à tona.

Realizado no dia 16 de novembro de 2023 em Marabá, cidade que compõe o maior polo produtor de carne no estado, os Diálogos Boi na Linha reuniram cerca de duzentas pessoas, entre produtores rurais, representantes de frigoríficos, varejistas e instituições financeiras, além de membros da academia e estudantes. A seguir, você confere os principais pontos discutidos em cada uma das mesas:

## Solenidade de abertura

A abertura do evento contou com a presença de Marina Piatto, diretora executiva do Imaflora e de autoridades paraenses: João Chamon Neto, Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará e Raul Protázio Romão, Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Pará. Confira a seguir, as falas de abertura:

### Marina Piatto - diretora executiva do Imaflora

Agradeço pela presença de **todos que se deslocaram até Marabá**, o que mostra o engajamento para uma pecuária mais sustentável.

Quero começar fazendo um agradecimento especial aos produtores rurais. A gente vai ter, cada vez mais, o intenso trabalho de trazer o produtor rural como grande protagonista, aquele que vai realmente realizar o que a gente precisa. Agradeço muito a presença de vocês.

Senhoras e senhores, é um prazer estar aqui hoje para discutir o **desenvolvimento sustentável da pecuária do Pará. Um tema de extrema importância para a economia, para a geração de empregos, produção de alimentos, inclusão social, conservação ambiental e, principalmente, a manutenção do clima. E nós marcamos esse evento, justamente, caindo na semana em que o Brasil está sentindo um calor extremo.**

Então, nós estamos vendo, não tem mais como negar, que o clima está aquecendo. Nesse contexto, a rastreabilidade do gado, a inserção de produtores rurais e os incentivos econômicos emergem como ferramentas cruciais para aumentarmos o desempenho da produção. A intensificação sustentável, para atendermos não só a demanda do mercado, mas para valorizarmos os ativos ambientais.

Hoje a gente veio aqui falar de pecuária. **E por que o Pará? Alguns dados relevantes nos levam a priorizar esse estado, que possui quase 18 milhões de hectares de paisagens, distribuídas em mais de**

**99 mil propriedades. E um dado oficial do Governo do Estado do Pará é que a maioria, 70% delas, têm até 300 hectares. Então são pequenas propriedades.**

O Pará tem um perfil de produtor um pouco diferente. O Pará é o segundo maior produtor do país. O Pará tem o segundo maior rebanho do país, com quase 27 milhões de cabeças de gado. E é um estado pioneiro na implementação de inúmeras estratégias públicas e privadas. Temos o Selo Verde, o protocolo de grãos do Pará, o próprio TAC. E, recentemente, conta com o Programa Bezerros Sustentáveis, do IDH e da EPA, e o Programa de Monitoramento de Fornecedores Indiretos, junto com a ABIEC, Rio Maria e outros.

Então, o Pará está sendo alvo de muitos investimentos, projetos, fundos, fundações, cooperação internacional, para que a gente consiga entregar essa meta da Pecuária Sustentável. E agora, então, se propõe a rastrear todo o seu rebanho, desde a origem, e sair na frente e demonstrar para todos os outros estados do Brasil que é possível monitorar o gado do nascimento ao abate, chegando até o produto final, como a carne e o couro.

**Mas para implementar a rastreabilidade sanitária e socioambiental do rebanho, precisamos do diálogo e da cooperação entre produtores, órgãos governamentais, empresas e a sociedade como um todo.** Portanto, a expectativa, pelo menos a minha expectativa, e a do Imaflora, é que daqui para frente todos os representantes, muitos de vocês aqui presentes, se engajem ativamente nesse processo, pois rastreabilidade de gado no Pará não é apenas uma exigência do mercado global, mas também é uma oportunidade para fortalecer a nossa disposição como líderes da produção pecuária sustentável.

A expectativa é também que daqui para frente **todos os elos da cadeia tenham o compromisso de aumentar a produtividade e de eliminar o desmatamento.** Temos também a expectativa que nenhuma terra indígena ou área protegida seja invadida e que todas as áreas de pastagens degradadas sejam recuperadas.

E, finalmente, **que os direitos humanos sejam respeitados e todos aqueles que trabalham com a agropecuária de baixo carbono sejam incluídos e valorizados.** Juntos podemos construir um futuro em que a pecuária seja sinônimo de qualidade, responsabilidade ambiental e social.

Vamos trabalhar para alcançar esses objetivos e deixar um legado positivo para as futuras gerações. É imperativo que assumamos a responsabilidade de preservar a sociobiodiversidade no Pará e, ao mesmo tempo, produzir de forma eficiente e responsável.



**João Chamon Neto** - Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará

Eu gostaria de inicialmente agradecer o convite, agradecer ao Imaflora pela idealização desta tratativa importante, cumprimentar o meu colega de governo, Dr. Raul Protázio, que é expert nesta temática do clima, que hoje nos preocupa a todos. Quero, ainda, cumprimentar os parceiros do governo do Estado, que representam o setor da agropecuária na região sul e sudeste, e dizer da alegria de poder participar deste evento.

Este evento é, sem dúvida nenhuma, um fato que precisa realmente do diálogo. **Nesta temática agora estamos todos nós preocupados, com o que está acontecendo em relação ao país de norte a sul, de leste a oeste, questão desse clima que preocupa a todos. A humanidade está toda preocupada. Nós somos o segundo maior rebanho do país, precisamos estar também atentos a esta discussão.**

Enquanto secretário regional de governo, quero me apresentar, eu sou João Chamon Neto, sou filho aqui de Marabá e deputado estadual, e estamos representando o governador e todo o governo do Estado, os 39 municípios que compõem esta região sul e a região sudeste do subestado.

E a Secretaria tem o condão de estar representando o governo, aproximando o governo das tratativas da sociedade, desta região importante do nosso gigantesco Estado do Pará. Da nossa parte estamos à disposição, contem com o nosso apreço e com o nosso apoio. **E o governador Hélder Barbalho, como sempre, está atento, dialogando com todos para que nós possamos viver um Pará cada vez melhor.**

Um grande abraço e sucesso a todos neste grandioso evento.

## **Raul Protázio Romão - Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Pará**

Bom dia a todos, vou tentar ser bem breve. Estou ansioso também, assim como vocês, para acompanhar este painel pela qualidade das pessoas, pelo tamanho. A gente tem muito a aprender aqui com todos vocês.

Ao Imaflora, um agradecimento pelo convite, uma parabenização, porque a gente consegue ver produtores rurais aqui presentes. Eu acho que a ideia de **trazer o diálogo, tirar o diálogo de Belém, trazer o diálogo para Marabá, aproximar o diálogo das pessoas, dos frigoríficos, dos pecuaristas, dos produtores rurais, dos sindicatos, é fundamental. Sem isso, a gente não vai conseguir avançar.** Então, parabéns por terem trazido o evento para cá. Eu sou suspeito para falar, sou do sul do Pará também, mas acho que essa região aqui tem muito para contribuir, é onde está localizado o maior rebanho do Estado.

Quero dizer que, nesses últimos anos, aqui do lado do governo, do Estado, a gente fez avanços que são muito caros para os agricultores e para os produtores rurais. Na agenda da regularização fundiária, a gente saiu de aproximadamente 500 ou a mil títulos de terra por ano, em média, para 17 mil títulos em três anos.

Não estou falando de certidão de ocupação, não estou falando de título frágil, não. Estou falando de titulação e regularização fundiária na veia. Hoje eu diria até que é uma sorte aquele que esteja em áreas estaduais, porque a regularização fundiária vai chegar, se já não chegou. Na gestão ambiental, um trabalho fantástico da Secretaria também.

**O Estado do Pará conta hoje com 43 mil cadastros ambientais rurais validados, dos seus aproximadamente 270 mil. É pouco, considerando o tamanho do desafio, mas é muito comparado ao que o Brasil, na média, avançou. O Brasil, na média, tem 1 % de cadastros ambientais validados. O Pará tem aproximadamente 20%, 15%.**

E esse é um avanço muito grande, que foi fruto de esforço, de suor, mas também de inteligência, de trabalho de inteligência. O **CAR 2.0** foi um avanço fundamental nessa agenda. Não tem como discutir produção e desenvolvimento sem discutir a regularização.

**O Estado também foi pioneiro no Selo Verde**, que é um mecanismo de rastreabilidade de rebanho, que hoje permite que os frigoríficos façam uma análise das suas compras para verificar a adequação dessas compras, sejam fornecedores diretos, sejam fornecedores indiretos.

E isso, apesar do Termo de Ajustamento de Conduta ainda não ter a obrigatoriedade da identificação dos fornecedores indiretos, a gente sabe que isso é... Alguns frigoríficos, ou muitos frigoríficos, fizeram compromissos voluntários, inclusive, de rastreabilidade do indireto. **A gente sabe que esse é um caminho que não é mais 'se', é 'quando implementar'**.

É uma questão que deve ser adequada no curto prazo, eu diria. Então, hoje, o frigorífico já consegue fazer uma avaliação das suas compras e avaliar o tamanho do que representam fornecedores indiretos, eventualmente com desmatamento.

E, agora, o Estado também avançou na agenda da requalificação comercial. **Admitir a requalificação comercial para que aquele pecuarista que, eventualmente, esteja em inconformidade possa voltar a vender imediatamente, a partir do isolamento da área, a partir do cumprimento de alguns requisitos, enquanto o processo de regularização ambiental dele acontece, isso é fundamental.**

E o Estado... Ferramentas privadas surgiram, como o SIRFLOR, a Agrottools, também tem ferramentas privadas. E o Estado, então, passa a reconhecer essas ferramentas privadas como ferramentas adequadas à requalificação para fins do Selo Verde.

A gente está no processo, inclusive, de ajuste do Termo de Ajustamento de Conduta para que a destinação do recurso possa ir

para o fundo do Amazonas Oriental, e essa é a única pendência que a gente tem para que isso entre, efetivamente, em operação.

Quanto ao estado do Pará, **o governador trouxe esse compromisso de universalizar a rastreabilidade individual no Estado do Pará, sem abrir mão dos mecanismos já existentes.** Hoje, o mecanismo de rastreabilidade é admitido pela legislação, pela Guia de Trânsito Animal [GTA], mas o Estado pode trazer uma camada adicional de segurança através do mecanismo de rastreabilidade individual.

Isso ajuda não só na identificação, mas ajuda também no próprio manejo da propriedade, no manejo do rebanho. Então, essa universalização da rastreabilidade individual é um compromisso que o governador deve apresentar. Saiu o decreto de criação do grupo de trabalho da semana passada, acho que muitos de vocês acompanharam, e durante esses próximos 30, 60 dias a gente deve ter muita novidade em relação a isso.

Por onde começar? Quais são as áreas prioritárias? Começamos por trânsito? Começamos por bezerro? Começamos por ciclo completo? Por onde a gente vai começar esse desafio? Então vamos ter novidades também em relação a isso. E uma fala endereçada aos pecuaristas, eu sou produtor rural também, e boa parte dos produtores rurais não produzem para consumo próprio, eles produzem para vender. Então a gente precisa saber o que é que o nosso comprador e o nosso mercado está demandando da gente. Senão eu não consigo comercializar, senão eu não consigo vender.

**E cada vez mais o mercado tem demandado integridade na cadeia. Então, a gente precisa, enquanto produtor rural, adequar a nossa produção a essa nova forma de ocupação territorial na Amazônia.**

Então o que é que o meu cliente quer? Eu acho que saber o que é que os grandes países compradores querem, saber o que é que as redes de varejo querem é importante enquanto produtor rural, é importante enquanto frigorífico. E para finalizar, falar do maior de

todos os desafios, que é o desafio da porteira para dentro.

É preciso fazer o engajamento do produtor para que ele entenda a importância da agenda, fazer o engajamento do produtor para que ele adote uma tecnologia que a princípio ele não conhece, fazer o engajamento do produtor para que ele não perceba aquilo apenas como mais uma obrigação, mas sim como uma oportunidade de desenvolvimento, é fundamental.

E os projetos institucionais como o do IDH, como o TNC, como o Imaflora, o PREM, esses projetos institucionais vão ser fundamentais. A agenda da Emater, o Senar, a FAEPA, vão ser fundamentais para o convencimento do produtor. **A gente tem 132 sindicatos de produtores rurais no estado e 144 municípios. A gente tem uma alta cobertura do Sistema S, a gente precisa usar essa força para engajar os produtores.**

E que não venha, e isso é uma fala do governador, muito forte e que eu reverbero aqui para finalizar, que não venha só a agenda da obrigação, que não venha só a agenda de mais um dever, **que venha uma agenda de oportunidade para o pecuarista.**

Porque o pecuarista, ele vai absorver alguma nova obrigação, mas ele precisa ver o seu produto valorizado, ele precisa entender, e não apenas na valorização, **quando eu falo valorização não estou falando necessariamente de preço da arroba diretamente, mas melhor manejo de pastagem, melhor manejo de rebanho, recuperação de pastagem daquelas que já foram degradadas, crédito adequado, pagamento dos serviços ambientais, preços melhores**, sim, porque isso é importante a partir da abertura de mercados, eu gero preços melhores, que chegue essa agenda positiva para o agricultor, senão nós vamos ter sérios problemas de engajamento.

O produtor, quando ele foi chamado a tirar o estado do Pará de zona de risco desconhecido da aftosa, e nós entramos no forte processo de obrigatoriedade da vacina, e hoje o Pará já briga pela

retirada da vacina, porque a gente já é uma zona livre de aftosa, o pecuarista, ele comprou a briga e ele veio junto, e ele vai vir junto de novo, mas essa agenda precisa vir com a agenda de incentivos, ela precisa vir com a agenda de desenvolvimento, senão vai ser muito difícil a nossa missão.

Digo **nossa porque ela é da indústria, ela é dos sindicatos, ela é do terceiro setor, ela é do Ministério Público Federal, ela é do governo do estado, ela é da indústria estadual, ela é da indústria de escala nacional, então esse é um desafio de todos nós, governos municipais também.**

Então acho que é isso, mais uma vez obrigado, parabéns por trazer o evento para a nossa região, parabéns por trazer o evento para Marabá, que a gente tenha um ótimo dia aqui.

**Confira a seguir os principais pontos discutidos em cada uma das mesas.**



INICIATIVA BOI NA LINHA

### DIÁLOGOS BOI NA LINHA

**MESA 1** Pecuária legal e sustentável - vantagens produtivas e econômicas para o produtor

**Edvaldo Carneiro**

Coordenador Geral de Serviços

**Salvador Quintana**

Coordenador Geral de Serviços e Atendimento ao Cliente

**Francisco Victor**

Coordenador Geral de Serviços e Atendimento ao Cliente

**Guilherme Whyte**

Coordenador Geral de Serviços e Atendimento ao Cliente

**Marcelo Oliveira**

Coordenador Geral de Serviços e Atendimento ao Cliente

**Roberto Paulinelli**

Coordenador Geral de Serviços e Atendimento ao Cliente

**Mauro Lúcio**

COMENTARISTA

do Programa

## MESA1 • Boi na Linha

### MONITORAMENTO DA CADEIA PARAENSE E MAIOR TRANSPARÊNCIA PARA O MERCADO



**Lisandro Inakake**  
Gerente de projetos  
do Imaflora



**Ricardo Andrade**  
Assessor de sust. e  
RI do CICB



**Fernando Sampaio**  
Diretor de  
sustentabilidade  
da Abiec



**Beatriz Secaf**  
Gerente de  
Sustentabilidade na  
FEBRABAN



**Ricardo Negrini**  
Procurador da  
República pelo  
MPF-PA



**Cecília Korber**  
Gerente de  
projetos Master na  
Proforest

comentarista

## mediadora

**Marina Guyot**  
Gerente de projetos  
do Imaflora







REALIZAÇÃO  
**BOI NA LINHA**



PARCEIROS  
**DURLI**



# DIÁLOGOS BOI NA LINHA

16.11.23  
MBA-PA

## MESA 1

# Boi na Linha - monitoramento da cadeia paraense e maior transparência para o mercado

### PARTICIPANTES

**João Chamon Neto** - Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará

**Raul Protázio Romão** - Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Pará

**Ricardo Negrini** - Procurador da República no Ministério Público Federal no Pará

**Fernando Sampaio** - Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC)

**Ricardo Andrade** - Assessor de sustentabilidade e relações institucionais do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB)

**Beatriz Secaf** - Gerente de Sustentabilidade da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)

**Lisandro Inakake** - Gerente de projetos no Imaflora, liderando o Boi na Linha

### COMENTARISTA

**Cecília Korber** - Gerente de Projetos Master da Proforest

### MEDIAÇÃO

**Marina Guyot** - Coordenadora de projetos do Boi na Linha

Lançado em 2019 pelo Imaflora em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), o Boi na Linha trabalha, há cinco anos, na articulação dos elos da cadeia produtiva da carne, interligando produtores, frigoríficos, curtumes e varejistas.

Ele foi idealizado diante da necessidade de harmonizar os critérios dos compromissos assumidos com o MPF, no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta da Carne, até então desarticulados nos vários elos da cadeia.

A primeira mesa dos Diálogos Boi na Linha trouxe diferentes atores para discutir os usos e impactos da iniciativa, nestes primeiros anos de adoção, em seus próprios nichos de atuação.

As falas tiveram início com a participação dos representantes do governo paraense: João Chamon Neto e Raul Protázio Romão. Segundo **João Neto**, o governo do estado reconhece que o aquecimento global é uma emergência que a humanidade enfrenta e que o diálogo é fundamental para encontrar soluções aos desafios que se apresentam.

Já **Raul Protázio** elencou os avanços das políticas públicas de controle da cadeia da carne implementadas no governo de Helder Barbalho, por meio de programas como o Selo Verde e o CAR 2.0, e reafirmou o compromisso assumido pelo governo do estado na implementação da rastreabilidade total da cadeia.

**“Rastreabilidade dos fornecedores indiretos não é mais ‘se’, é ‘como’ implementar [...] O governador Helder se comprometeu com a rastreabilidade individual em todo Pará. O estado pode trazer mais uma camada de segurança e essa universalização da rastreabilidade é um compromisso”**, disse o secretário adjunto de Meio Ambiente do Pará.

Ele informou, no entanto, que o maior desafio nesta implementação permanece sendo o engajamento do produtor, no sentido de adequação à tecnologia e mudança de mentalidade. Segundo ele, os 132 sindicatos de produtores rurais existentes no estado deveriam trabalhar como parceiros neste engajamento.

**“O Pará teve problemas com aftosa e se hoje é livre de aftosa é porque o pecuarista comprou essa briga. E vai comprar de novo. Mas essa agenda precisa vir com uma agenda de incentivos, com uma agenda de desenvolvimento, senão vai ser muito difícil nossa missão”**, disse.

De acordo com Protázio, o governo do estado está [em dezembro de 2023] na etapa de finalização na adequação de ferramentas de readequação, a exemplo do Sirflor, para que possam ser disponibilizadas ao produtor.

Segundo ele, o grupo de trabalho criado pelo governo do Estado para discutir rastreabilidade individual também deve avançar nos primeiros meses de 2024, com a determinação das áreas prioritárias e metodologias a serem usadas, como trânsito, bezerro ou ciclo completo, por exemplo.

Após a participação dos representantes do governo paraense, a palavra foi passada para o procurador **Ricardo Negrini**, que falou sobre a importância da harmonização dos protocolos no TAC da Carne e sobre os desafios ainda existentes.

Segundo ele, o Boi na Linha **“caiu do céu”**, por proporcionar dois pontos importantes que faltavam no TAC da Carne: tornar claro o que se esperava de cada frigorífico e possibilitar a institucionalização dos acordos da pecuária.

Em relação ao primeiro ponto - tornar claro o que se espera de cada frigorífico - Negrini destacou que os TACs até então assinados precisavam de complementações e esclarecimentos. Muitos deles, disse o procurador, continham, inclusive, redações e cláusulas diferentes.

**“É evidente que os compromissários ficavam confusos. Eles traziam essas demandas de harmonização ao MPF e relataram desestímulo. O Boi na Linha trouxe a organização das regras por meio do protocolo de monitoramento dos fornecedores de gado, valendo para toda Amazônia Legal. São regras que detalham o que já está no TAC, mas de modo muito mais esclarecedor e preciso, para que haja o mínimo de dúvida possível”**, disse.

Sobre o segundo ponto - a institucionalização dos acordos da pecuária - Negrini relatou que antes do Boi na Linha, os acordos dependiam muito do procurador que estava no estado no momento, e eram impactados pelas trocas constantes desse profissional. Segundo ele, havia dificuldade na organização dos documentos e uma certa “informalidade e amadorismo” do MPF.

**“O Boi na Linha permitiu a gente organizar um pouco isso, independente do procurador que está lá. Agora temos um arcabouço de regras, documentos, temos diálogo permanente. Antes, os diálogos se davam algumas poucas vezes no ano, geralmente no evento de divulgação dos resultados das auditorias. Precisávamos de um canal melhor, de workshops, de diálogos mais fortes, e o Imaflora permitiu profissionalizar isso. Hoje a gente trabalha esse assunto com muito mais profissionalismo do que a gente fazia há cinco anos”**, relatou Negrini.

Para o procurador, os principais desafios nos próximos anos são o monitoramento da cadeia dos indiretos e a consolidação de sistemas que permitam a requalificação do produtor rural, já que a rastreabilidade total da cadeia colocará em evidência a eventual inadequação dos produtores rurais.

Também para a Associação da Indústria da Carne (Abiec), o Boi na Linha conseguiu harmonizar os procedimentos de controle e transparência trazidos pelo MPF. Segundo **Fernando Sampaio**, o início do TAC, em 2009, foi bastante conflituoso para o setor, pois os produtores não sabiam como fazê-lo.

Com o passar dos anos, de acordo com ele, a indústria passou a entender que precisava assumir a gestão de risco da cadeia e que hoje sabe como fazer essa gestão. Em sua fala, Sampaio defendeu que o setor da carne, assim como os outros setores, precisa de um ambiente de negócios com regras claras, e foi justamente isso que o MPF trouxe e o Boi na Linha ajudou a harmonizar.

**“A regra hoje é clara para todo mundo, todo mundo sabe o que deve ser monitorado, como deve ser monitorado, quais as fontes de informação. E eu acho que isso trouxe um avanço muito grande”**, disse o diretor de sustentabilidade da ABIEC.

Sampaio defendeu que o Boi na Linha se torne um programa setorial de autoregulação e seja usado por empresas instaladas não só no bioma amazônico, mas nos demais biomas brasileiros onde a pecuária é desenvolvida.

**“O mercado pede garantias ambientais, então temos a intenção de que, primeiro, todo mundo que está na ABIEC, minimamente, tem que estar fazendo isso daqui. E, a partir disso, a indústria tendo incentivo, levar para outros biomas”**.

Segundo Sampaio, a rastreabilidade individual de toda a cadeia com uso do GTA é uma solução de curto prazo, em escala e com baixo custo, que pode ser utilizada. A ABIEC, no entanto, tem trabalhado para universalizar o processo de forma mais eficiente, principalmente quando a Associação pensa no futuro de sua atividade.

**“Outro trabalho que trilhamos é pensar na visão de futuro para o negócio, principalmente na Amazônia. Pra gente, está muito claro que, primeiro, o desmatamento precisa acabar, o futuro do nosso negócio depende disso, assim como a própria projeção do país no cenário internacional”**, defendeu.

Também para a indústria do couro, o Boi na Linha foi importante. **Ricardo Andrade**, do CICB, relatou que os desafios da indústria do couro são um pouco diferentes dos produtores de carne, tanto pelo volume de exportação - o Brasil é o terceiro maior exportador de couro no mundo, com 80% da produção nacional destinada para tal fim - quanto pela relação com o cliente final.

Segundo ele, os clientes finais - entre eles grandes empresas automobilísticas e indústrias de calçados - têm exigido respostas do setor sobre a ligação com o desmatamento. Andrade disse encarar o acordo de cooperação técnica firmado entre Abiec e Boi na Linha como um protocolo de estruturação, que

precisa ser adotado também na cadeia do couro.

**“Nós estamos diretamente ligados aos consumidores e isso nos traz uma responsabilidade, porque eles estão buscando essa resposta do setor: como que nós estamos fazendo para garantir que os nossos produtos cheguem ao seu consumidor sem nenhum tipo de ilícitos, como o desmatamento [...] Entendemos que a adoção do Boi na Linha precisa ser critério não somente para a Amazônia. Para nós vai muito além disso, nós precisamos monitorar todo o Brasil”,** disse.

De acordo com Andrade, como a cadeia do couro é muito dependente de exportações e diretamente impactada pelas novas regulações ambientais no mercado internacional, a exemplo da nova Norma Europeia antidesmatamento, o setor tem se empenhado na implementação efetiva da rastreabilidade dos fornecedores indiretos.

A discussão sobre sustentabilidade na pecuária também é relevante para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), disse **Beatriz Secaf**. Isso se dá porque os bancos têm o papel de financiar atividades do setor por meio de créditos e investimentos: 10% da carteira do setor bancário do Brasil é direcionada a atividades agropecuárias e os frigoríficos representam 1% desta carteira de crédito.

Segundo Secaf, desde 2008 o Banco Central exige o atendimento a critérios socioambientais para concessão de crédito e, a partir de 2021, endureceu as regras nesse sentido. Em maio de 2023, a Febraban aprovou uma nova norma de autorregulação, estabelecendo parceria e protocolo comum para gestão de risco de desmatamento ilegal nas operações de crédito com frigoríficos.

De acordo com Beatriz Secaf, a nova norma apresenta algumas diferenças em relação ao Boi na Linha, principalmente no que diz respeito aos fornecedores indiretos, que são considerados na nova regulação bancária. No entanto, a iniciativa do Imaflora e MPF serviu de **“inspiração”** para o desenvolvimento do protocolo da Federação.

**“Não quisemos criar novos critérios, novos indicadores, a ideia era adotar as melhores práticas. Os critérios são os mesmos do Boi na Linha e entendemos que essa harmonização de regras é importante para a avaliação de impactos e avanço na agenda”,** disse.

Até novembro de 2023, 21 bancos, que representam 80% do setor, haviam

aderido à normativa, que estava então no início de sua implementação.

Na visão de **Lisandro Inakake**, do Imaflora, o Boi na Linha trouxe uma linha de base que pudesse ser tomada como referência. A iniciativa também possibilitou compreender o que está sendo monitorado e o que será reportado.

Segundo ele, a iniciativa trouxe mais transparência e, em consequência, maior controle do setor, com resultados que reverberam em toda a cadeia, a exemplo do couro e do setor financeiro.

Para Inakake, o clico unificado do TAC da Carne, cujos resultados foram divulgados no dia 26 de outubro de 2023, possibilitou olhar a realidade atual da cadeia de forma mais clara. Apesar dos avanços, no entanto, passos essenciais ainda precisam ser dados, como a integração de bases de dados e a melhoria na agilidade dos processos.

**“Esse é um primeiro momento, mas precisamos de respostas mais ágeis. É necessário que haja evoluções na unificação dos processos de verificação de dados, onde todos possam ir lá beber da fonte para ter informações. O caminho é a integração de bases, monitoramento, rastreabilidade, onde todos possam buscar informações em um mesmo lugar”**, disse.

Para finalizar a primeira mesa dos Diálogos Boi na Linha, a gerente de projetos master da Proforest, **Cecília Korber**, fez seus comentários. Em sua fala, ela explicou que a Proforest atua em várias frentes, como na readequação de produtores, consultoria ambiental para empresas de fim de cadeia e aprimoramento do protocolo de rastreamento no Cerrado.

Nesse sentido, ela defendeu que o protocolo Boi na Linha possa servir de referencial e também de aprendizado para outros biomas, além da Amazônia e Cerrado.

**“Acho que o Boi na Linha é essa referência, já está sendo adotado e no Cerrado a gente está fazendo essa construção, fazendo o entendimento dos desafios, dos impactos. E as instituições aqui comentaram esse desejo, essa intenção, inclusive, de ser mais ágil até para a expansão para outros biomas, mantendo a rastreabilidade, o monitoramento na cadeia”**, disse.

Segundo ela, regras claras e transparência também são exigências das empresas de fim de cadeia e a pecuária precisa atender a estas novas imposições. **“O que os clientes querem e as empresas do fim de cadeia**

**querem é regras, clareza nos compromissos de desmatamento zero, nos compromissos de clima, de direitos humanos. Todos precisam ser implementados e o Boi na Linha traz essa referência para todos os atores de como fazer isso”.**

## **MESA 1 EM TÓPICOS**

- Rastreabilidade dos fornecedores indiretos não é mais ‘se’ precisa implementar, é ‘como’ implementar;
- A implementação da rastreabilidade encontra como principal entrave a adesão do produtor;
- Produtor precisa comprar a briga da rastreabilidade total, assim como fez com a aftosa;
- Boi na Linha harmonizou os processos de controle da cadeia e os tornou mais claros; Harmonização é a palavra-chave;
- Boi na Linha poderia se tornar um programa setorial de autorregulamentação e ser usado por empresas em todos os biomas;
- Resultados do Boi na linha reverberam para outros setores, como a indústria do couro e as instituições financeiras;
- Integração de bases de dados é essencial e ainda um desafio;
- A cadeia não precisa estar 100% ok para dar transparência. É preciso buscar esse processo de maneira progressiva.





## MESA2 • Reinserção do Produtor

### COMO OS PECUARISTAS PODEM VOLTAR A VENDER PARA OS FRIGORÍFICOS



**Chico da CIB**  
Diretor da  
CONTRAF-BRASIL e  
da FETRAF-PARÁ



**Breno Felix**  
CPO e co-fundador  
da Agrottools



**Maurício Fraga Filho**  
Pecuarista, veterinário  
e vice-presidente da  
ACRIPARÁ



**José Luiz Cordeiro Cruz**  
Superintendente do  
Banco da Amazônia  
S.A. (Basa)



**Alexandre Kavati**  
Gerente de  
sustentabilidade JBS -  
Escritórios Verdes



**Chico Fonseca**  
Especialista em  
governança público  
privada na TNC

comentarista

## mediadora

**Louise Nakagawa**  
Coordenadora de  
projetos no Imaflora





BOI NA LINHA **DIÁLOGOS BOI NA LINHA**

**MESA 2** Reinserção do produtor - como os pecuaristas podem voltar a vender para os frigoríficos

- Alexandra Kassi**  
Coordenadora de Inovação e Negócios do IAC
- João Luiz**  
Diretor Executivo Regional para o Sul
- Renato Fogaça Filho**  
Presidente do Conselho de Administração do AGRISUL
- Cláudio da Cid**  
Coordenador de Negócios B2B e B2C do IAC
- Cláudio Fonseca** COMENTARISTA  
Colunista do site Mercado Público do Brasil
- Luciano Nakamura** MEDIADOR  
Coordenador de Negócios

## MESA 2

# Reinserção do Produtor - como os pecuaristas podem voltar a vender para os frigoríficos

### PARTICIPANTES

**Alexandre Kavati** - Gerente de sustentabilidade da JBS - Escritórios Verdes

**Maurício Fraga Filho** - Presidente da Associação de Criadores do Pará (Acripará)

**Breno Felix** - CPO Agrottools

**José Luiz Cordeiro Cruz** - Superintendente do Banco da Amazônia S.A. (Basa)

**Chico da CIB** - Coordenador de Relações Institucionais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Pará (Fetraf)

### COMENTARISTA

**Francisco Fonseca** - Gerente de Pecuária Sustentável na The Nature Conservancy (TNC)

### MEDIAÇÃO

**Louise Nakagawa** - Coordenadora de projetos do Imaflora

Em todo o bioma amazônico, cerca de 550 mil fornecedores de gado abastecem os 132 frigoríficos que operam na floresta tropical, considerando aqueles que possuem registros de Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e de Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Deste grande universo de fornecedores, estima-se que 120 mil estejam hoje fora do mercado por apresentarem alguma inadequação ambiental, ou seja, cerca de 22% dos produtores precisam ser reinseridos na cadeia.

Com a implementação de regras mais rígidas de controle ambiental e a necessidade de adoção da rastreabilidade individual para atender às novas exigências do mercado, esse número tende a aumentar.

Para abrir a segunda mesa dos Diálogos Boi na Linha, a JBS trouxe sua experiência no tema. Segundo, **Alexandre Kavati**, gerente de sustentabilidade

da gigante da carne, a JBS adota, desde 2009, uma política de compra sustentável.

Atualmente, a empresa possui em sua carteira de fornecedores 73 mil fazendas, que cobrem 61 milhões de hectares. No entanto, ela já chegou a ter 15 mil produtores bloqueados.

Para resolver o problema, Kavati explica que a JBS criou, em 2021, o programa Escritórios Verdes, que hoje conta com 19 unidades no país. Desde sua criação, já prestou 21 mil atendimentos, com 7,5 mil propriedades regularizadas. No total, a iniciativa possibilitou a destinação de mais de 2 mil hectares para a recomposição florestal.

Cada unidade do Escritório Verde possui profissionais especializados em prestar apoio e melhorar o diálogo com o fornecedor: se ele está bloqueado, o profissional da JBS vai até a propriedade e orienta sobre o caminho a ser seguido para solução do problema. Antes, esse processo era automatizado e tinha menor eficiência.

O programa é chamado pela empresa de “pré-competitivo” porque, uma vez que a propriedade é regularizada, ela está apta a fornecer para toda a indústria.

No Pará, que conta com quatro unidades dos Escritórios Verdes, o trabalho é apoiado por uma rede de consultorias com mais de 40 profissionais, financiados pela JBS, e que oferecem seus trabalhos de forma gratuita para o produtor.

Segundo Kavati, o principal desafio que a empresa enfrenta hoje é o engajamento do produtor.

**“Reinsere não é uma conversa trivial, fácil, junto ao produtor. Muitas vezes ele já recuou naturalmente, porque já gastou muito dinheiro ou muito tempo. Muitas vezes o técnico ligado àquele CAR se afasta e o produtor não recebe as notificações, e tem casos que esse produtor realmente não está interessado. Nosso desafio é ter implementado até o final do ano a 20ª unidade dos Escritórios Verdes e, uma vez que conseguirmos engajar o produtor, é apoiar na implementação de melhorias”, disse.**

**Maurício Fraga Filho**, da Associação de Criadores do Pará, trouxe a perspectiva do produtor para a segunda mesa dos Diálogos Boi na Linha. Ele lembra do grande volume de carne produzida pelo Pará e defende que é

preciso melhorar passivos para conseguir expandir mercados.

Ele lembra que, ao criar regras e iniciar o processo de monitoramento da cadeia, naturalmente irregularidades aparecerão, mas que o produtor rural não pode ser excluído.

Para garantir essa reinserção, a Acripará criou o Sistema de Restauração Florestal (SIRFLOR), que oferece aos produtores um procedimento administrativo simplificado para a reabilitação da propriedade que atualmente não atenda aos critérios dos Termos de Ajustamento de Conduta, por meio da elaboração de um Programa de Regularização Ambiental (PRA).

No entanto, segundo Fraga Filho, o sistema ainda esbarra em barreiras importantes, como a baixa validação dos Cadastros Ambientais (CAR) no país e os entraves burocráticos, que ainda não possibilitaram que o SIRFLOR rodasse dentro da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMAS).

Ele também cita como entrave a morosidade nos processos de regularização ambiental e critica os objetivos finais desta regularização.

**"Precisa fazer rodar mais rápido a regularização e o fim da regularização é a compensação. Mas não se justifica recompôr a floresta que virou pasto, tem muita área que pode ser usada como compensação. As áreas que viram unidades de conservação ficam inviabilizadas para a compensação, então seria interessante se o estado criasse um mecanismo de regularização fundiária para fins de compensação. Temos que trabalhar nisso de agora para frente,"** defendeu.

**Breno Felix**, da Agrottools, também trouxe a experiência de uma plataforma voltada para reinserção do produtor rural à cadeia: o Programa de Reinserção e Monitoramento (PREM). Ao detalhar como funciona o PREM, Felix defendeu que ele precisa ser simples e barato para o produtor.

Nesta plataforma, a readequação pode ser feita em apenas alguns passos. No primeiro passo, o produtor recebe um voucher, que precisa ser pago para o acesso à plataforma. No segundo passo, o programa roda a análise da propriedade e faz o diagnóstico do CAR. No terceiro, o programa mostra as alternativas de regularização. Uma vez que o produtor concorda com o diagnóstico, o programa faz o quarto passo, que é a elaboração do plano de recuperação. Se o produtor aceita o plano, vem seguida o quinto passo, que é a adesão a um termo de compromisso para a reparação do dano e a

entrada do produtor no programa de monitoramento. A partir deste momento, a verificação da regeneração é feita via imagens de satélite.

De acordo com Felix, o conceito do PREM conta com o trabalho ativo do produtor que, em um primeiro momento, faz ele mesmo o registro fotográfico da área a ser recuperada. Ao receber esse registro e após a adesão ao termo, a autorização provisória para a reinserção é liberada e, a partir daquele momento, a propriedade já pode vender para os frigoríficos. Caso o produtor não faça a regeneração, a autorização é suspensa. Os sistemas de pagamento de multa são integrados à secretaria de meio ambiente do estado e o valor pode ser dividido, para facilitar ainda mais a reinserção do produtor.

As possibilidades são enormes, diz Felix. Segundo levantamento realizado pela plataforma, atualmente o Mato Grosso possui cerca de 20 mil Cadastros Ambientais Rurais, que cobrem uma área de cerca de 20 milhões de hectares de terra, com alguma irregularidade e que poderiam entrar no programa de readequação.

“Dentro dessas fazendas, se somar todos os PRODES, tem mais de 1 milhão de hectares de áreas a serem recuperadas. Esse é o ganho ambiental que está na mesa”, diz.

Segundo o CPO da Agrottools, a ideia é que o PREM incorpore novas funcionalidades, se torne multi-commodities e possa ser usado em qualquer estado do país.

**“Hoje já monitoramos soja, milho, café...o objetivo é que todas as fazendas que estejam bloqueadas em algum protocolo, não necessariamente o TAC, possam ter um caminho de reintegração. Nossa ideia é acoplar valor ao produtor, por meio da agenda de carbono, PSA, biodiversidade. Até o momento a agenda é de readequação, a ideia é criar agenda de adicionalidade”**, explica.

**José Luiz Cordeiro Cruz**, superintendente do Banco da Amazônia (BASA) foi o próximo a falar na segunda mesa dos Diálogos Boi na Linha. Ele explicou como as instituições financeiras, e em especial o BASA, podem entrar na equação e ajudar o produtor a se reinserir.

Segundo ele, a pecuária é um setor muito importante para o Banco da Amazônia e hoje representa 51% da carteira de crédito da instituição. Por isso, desde 2019 o BASA faz análise socioambiental do crédito, considerando 27 itens, como áreas embargadas, verificação de reserva legal e trabalho escravo.

Em novembro de 2021, o BASA lançou o Pecuária Verde, um produto de crédito que visa fomentar e financiar a transição da pecuária tradicional, extrativista, para uma pecuária mais intensificada e eficiente, por meio de bonificações de taxas de juros para os produtores conformes.

Atualmente, a iniciativa do BASA conta com sete propriedades no Pará e uma em Rondônia, e a expectativa é que até a Conferência do Clima de 2025, a COP-30, que será realizada em Belém (PA), ela esteja totalmente disponível para todo bioma. O compromisso, diz Cruz, é que o Pecuária Verde esteja disponível em todos os balcões do banco, com performances abaixo de 3% das taxas aplicadas e reduções de acordo com os resultados das propriedades.

**“Nossa visão de futuro é que possamos nos tornar consultores e não gerentes, trazendo soluções para possíveis impasses que podem estar ocorrendo em relação a sua regularização ambiental. Estamos trabalhando com o MPF para a instituição de uma linha para trazer soluções financeiras para o produtor regularizar, inclusive, um passivo ambiental que ele possa ter”**, diz.

De acordo com Cruz, outro diferencial da linha de crédito Pecuária Verde fornecida pelo BASA será o acompanhamento e monitoramento de tais operações de crédito, visando, no futuro, à rentabilização do produtor por meio de certificações e comercialização de crédito de carbono.

**Francisco Ferreira de Carvalho**, o Chico da CIB, da Fetraf, trouxe a visão do pequeno produtor para as discussões. Segundo ele, produtores familiares e grandes produtores eram tratados como integrantes de dois mundos separados, quando, na verdade, todas as políticas que afetam os grandes também afetam os pequenos.

Chico lembra que 30% da produção no estado está nas mãos dos pequenos produtores e, por isso, eles merecem e precisam contribuir para as soluções. No entanto, a realidade dos pequenos tem suas particularidades. De acordo com ele, a maioria das áreas que são ocupadas pelos pequenos produtores já estava desmatada. Trabalhar em tais áreas sem acesso ao crédito e assistência técnica é muito difícil, diz.

**“Vamos discutir as diretrizes que nos unem. Quando as diretrizes chegam nos grandes, chegam nos pequenos também. Entendemos que não existe mundo do agronegócio e o mundo da agricultura familiar [...] Este é um imbróglio que precisamos resolver juntos, precisamos ter coragem e humildade de buscar caminhos, porque [buscar a sustentabilidade] não é um projeto do**

**agronegócio, é um projeto da sociedade paraense [...] As oportunidades precisam chegar na ponta”, diz.**

O coordenador da Fetraf lembra também que a questão de recuperação de áreas é mais difícil para os pequenos, mas que eles não podem ser desconsiderados neste processo, já que são cerca de 300 mil produtores e, se cada um desmatar 1 hectare, serão 300 mil hectares desmatados.

Para Chico, o trabalho do sindicato, que possui 1200 associados no Pará, é uma oportunidade para fazer a reintrodução acontecer. Nesse processo, defende ele, a SEMAS-PA e os órgãos ambientais federais, Ibama e ICMBio, precisam trabalhar em parceria com os pequenos produtores, não enxergá-los como inimigos.

**“Isso é um problema crônico que se resolve na mesa, não resolve com multa, resolve com participação, com esclarecimento e com treinamento. [...] Eu acho que a gente tem que ter o desafio de chamar a responsabilidade do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, entender que o responsável para mudar essa crise somos nós, todos juntos”, diz Chico da CIB.**

**Francisco Fonseca**, da TNC, foi o comentarista da mesa e trouxe para o debate pontos como a eficácia das políticas hoje existentes e barreiras que ainda precisam ser transpostas.

Fonseca lembrou que o Termo de Ajustamento de Conduta do MPF, conhecido como TAC da Carne, surgiu em 2009, com a exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), mas que a política nacional de regularização só foi criada em 2012 - com a publicação do Código Florestal - e efetivamente implementada em 2014.

À época, lembra o gerente da TNC, produtores e sindicatos se mobilizaram para realizar a inscrição no CAR, mas uma lacuna foi criada: o CAR precisava ser validado e muitos pequenos produtores ficaram fora desse processo, por falta de assistência técnica.

Com isso, o TAC se tornou “excludente”, segundo Fonseca. Atualmente, o Pará possui 3 milhões de hectares que podem entrar no Programa de Regularização Ambiental (PRA), sendo que 70% dos proprietários destas áreas são pequenos produtores, com até 200 hectares.

O gerente da TNC lembrou que, se os 3 milhões de hectares hoje excluídos por inadequação ambiental entrarem em programas de regularização, o Pará tem potencial de atingir mais do que 50% da meta que o estado tem de recuperar 5,5 milhões de hectares, no escopo do Plano Estadual Amazônia Agora.



Na perspectiva do pequeno agricultor e considerando que muitos dos responsáveis técnicos que fizeram o registro do CAR não estão mais disponíveis, Fonseca defende o uso de inteligência territorial para identificação do problema e posterior elaboração de soluções que resultem na reinserção deste produtor.

**“Nós precisamos usar inteligentemente o SIRFLOR, o PREM, e nos concentramos em como vamos engajar os pequenos produtores [...] Percebo muito avanço do ponto de vista do estado, é bom a gente ver isso. Agora, para essa aceleração, para o engajamento dos produtores, precisamos de um plano de comunicação para que saibam o que estamos fazendo. A comunicação não está boa, precisa melhor muito. O estado acelerou muito: 130% das análises de 2022 foram aceleradas com o CAR 2.0, mas o produtor não sabe o que ele vai fazer ou, quando sabe, ele se assusta”**, diz.

Sua proposta é que os maiores PRODES e as fazendas com maior qualidade de pastagens sejam identificadas, mesmo dentro das pequenas propriedades. A partir desta identificação, os esforços deveriam ser focados nestes produtores, para conseguir levar para a legalidade o maior número de animais.

Segundo ele, a questão fundiária também precisa avançar, porque a pecuária paraense conta com muitos fornecedores dentro de assentamentos federais, que não conseguem aumentar sua comercialização por falta de segurança jurídica. Nesse sentido, Fonseca sugere a aceleração de programas como o Pecuária Verde, do BASA, junto com criação de “lotes CAR” e planos de comunicação junto a esses pequenos produtores.



## MESA 2 EM TÓPICOS

- Resistência do produtor rural ainda é um entrave para a regularização e precisa ser enfrentada.
- É imperativo que a validação do CAR por parte do poder público seja acelerada.
- O produtor rural precisa de sistemas fáceis, rápidos e práticos para a adequação ambiental.
- SIRFLOR e PREM são alternativas importantes para a reinserção do produtor rural.
- Os pequenos produtores precisam ser incluídos na equação; políticas têm que chegar à ponta.
- Sindicatos poderiam ser considerados parceiros no processo de readequação e reinserção.
- Assistência técnica e orientação são fundamentais no processo, tanto para grandes quanto para pequenos produtores.
- Instituições financeiras podem ser parceiras no processo de readequação.
- A comunicação precisa melhorar; é necessário implementar um Plano de Comunicação.
- Os esforços de recuperação poderiam ser focados nas fazendas com maiores PRODES e melhores condições de pastagens, mesmo dentro de pequenas propriedades.
- A regularização fundiária também precisa avançar no estado, incluindo a criação de “lotes CAR”.

## MESA3 • Pecuária Legal e Sustentável

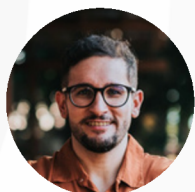
VANTAGENS PRODUTIVAS E ECONÔMICAS  
PARA O SETOR



**Roberto Paulinelli**  
CEO no frigorífico  
Rio Maria



**Francisco Viter**  
Coordenador na  
Aliança Paraense  
pela Carne



**Gabriel Quintana**  
Analista na área de  
clima e emissões  
do Imaflora



**Marcelo Oliveira**  
Proprietário da  
PECPLUS Gestão e  
Planejamento Pecuário



**Edivan Carvalho**  
Coordenador  
estadual do  
IPAM-PA



**Mauro Lúcio**  
Proprietário da  
Fazenda  
Marupiara

comentarista

### mediador

**Guilherme Whyte**  
Coordenador de  
projetos do Imaflora





## MESA 3

# Pecuária Legal e Sustentável - vantagens produtivas e econômicas para o setor

### PARTICIPANTES

**Gabriel Quintana** - Analista na área de clima e emissões do Imaflora

**Edivan Carvalho** - Coordenador do Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM)

**Roberto Paulinelli** - Proprietário do frigorífico Rio Maria

**Francisco Victor** - Coordenador da Aliança Paraense pela Carne, da União Nacional da Indústria e Empresas da Carne (UNIEC)

**Marcelo Oliveira** - Pec Plus

### COMENTARISTA

**Mauro Lúcio** - Proprietário Fazenda Marupiara

### MEDIAÇÃO

**Guilherme Whyte** - Coordenador de Projetos do Imaflora

A pecuária brasileira representou cerca de 7% do PIB nacional em 2022, segundo análises da ESALQ/USP, totalizando R\$ 721 bilhões no ano. Além disso, milhões de famílias em todo o Brasil dependem direta ou indiretamente dessa atividade para sobreviver, o que confere ainda mais importância para o setor.

E considerando os anos futuros, essa relevância só tende a aumentar: segundo estimativas do Ministério da Agricultura, a produção de carne bovina no país deve crescer 12,4% até 2031, o que impõe muitos desafios, mas também muitas possibilidades para o setor.

Nesse contexto, o compromisso com a sustentabilidade é uma questão de ética e uma demanda de mercado, ao mesmo tempo que uma oportunidade.

Para que esse crescimento seja sustentável, no entanto, é preciso haver convergências, defendeu **Gabriel Quintana**, do programa Carbon Track do Imaflora, que abriu os debates da terceira mesa dos Diálogos Boi na Linha.

Segundo ele, o setor precisa encontrar a forma como a legalidade converge para a sustentabilidade.

Quintana lembra que o setor da pecuária é responsável por cerca de 25% das emissões de gases estufa no país, sendo o Pará o 4º maior emissor nacional, e que 85% dessas emissões estão associadas ao gado de corte.

Marabá, cidade sede o 1º Diálogos Boi na Linha, é o 5º maior emissor pela pecuária no país e o 2º do Pará, por conta do tamanho do rebanho. Tal realidade, no entanto, precisa ser encarada como uma oportunidade, defende ele.

**“Melhores práticas de manejo são capazes de reduzir consideravelmente essas emissões. O monóxido de carbono, por exemplo, não faz parte da pecuária diretamente e pode ser melhorado com a recomposição de áreas, com a formação de pastagens com maior estoque de carbono, por exemplo. Pastagens pobres fazem com que o boi fique mais tempo no pasto, emitindo ainda mais”,** explica.

Quintana ressalta que algumas importantes empresas, como Minerva e Marfrig, já criaram metas internas de corte de emissões, inclusive em atendimento ao escopo 3 do Acordo de Paris, que fala das emissões de elos que estão fora da cadeia.

Em seguida, **Edivan Carvalho** trouxe para o debate a experiência do Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM). Segundo ele, o Instituto tem, ao longo dos últimos 30 anos, atuado na busca de soluções sustentáveis para potencializar o setor produtivo, principalmente no que diz respeito aos pequenos agricultores.

Sua primeira recomendação, de fato, foi que os pequenos possam ter mais espaço nos debates sobre a sustentabilidade da cadeia e possam participar de forma mais efetiva.

Carvalho também recomenda que os governos municipais ganhem maior destaque na regularização da cadeia, já que, geralmente, são os estados e a União, além dos próprios produtores, que são chamados para participar do processo.

Para o pesquisador, a perspectiva a ser adotada é a de multiatores, assim como tem feito o IPAM desde 2019 no programa AI-Investe Verde que discute com diferentes elos da cadeia aspectos importantes, como melhoria tecnológica produtiva, questão fundiária, questão ambiental, instrumentos econômicos e de

financiamento e também a questão da assistência técnica.

Em sua opinião, a criação, no estado do Pará, de um Grupo de Trabalho para pensar em um plano para pecuária sustentável é bastante positivo, mas é preciso garantir a participação de todos os diferentes grupos da cadeia na formulação deste plano.

**“O Pará tem condições de alcançar o posto de maior produtor do Brasil, porque temos condições para isso, mas precisamos dar o passo em direção à intensificação da pecuária. Alguns produtores estão bastante à frente, mas a grande maioria, principalmente os pequenos, produzem muito pouco nas áreas de pasto que eles têm, o que significa que temos uma possibilidade imensa de aumentar nossa produtividade sem derrubar uma árvore sequer”,**” diz.

Assim como outros debatedores salientaram ao longo do encontro, muito já foi feito nesse sentido. Segundo ele, o IPAM já conseguiu mapear 13 iniciativas pagas ou gratuitas de rastreamento individual, por exemplo. Tais iniciativas, defende, trazem benefícios da porteira para dentro, como a possibilidade de monitoramento de peso e auxílio para os trabalhos de zootecnia.

Um dos grandes problemas que permanecem, diz, é que muitas vezes quem está na ponta não recebe informações adequadas, ou as recebe de forma descontraída.

**“Um aspecto importante a ser atacado é a comunicação. Precisamos fazer o esforço de pensar como podemos, em conjunto, fazer a comunicação de forma efetiva”,** diz Carvalho.

A busca pela sustentabilidade da cadeia da carne é essencial também para os frigoríficos, defendeu **Roberto Paulinelli**, proprietário do Rio Maria e também ele um produtor rural.

Segundo Paulinelli, logo que sua família começou as atividades no Pará, ele percebeu uma desvantagem em relação ao gado de outros estados do país. O animal crescido em solo paraense era magro e perdia em qualidade.

Para resolver o problema, Paulinelli apostou na intensificação de pastagens. **“Conforme a pastagem vai degradando, se compra um novo pedaço de terra. Isso não adianta, é correr atrás do rabo. Comecei a fazer intensificação de pastagem e na área que colocava uma unidade animal, passei a colocar duas. Em algumas áreas eu cheguei a colocar até seis UA [unidade animal]”,**” diz.

Para ele, os processos de melhoria da cadeia da carne que surgiram nas últimas décadas, junto com os protocolos ambientais, resultaram em ganhos para todos. **“Quando o MPF obrigou os frigoríficos a assinarem o TAC da Carne, muita gente falava que ia até embora do Pará, mas foi a melhor coisa que aconteceu, porque hoje o Pará é o único estado que tem condições de começar a rastreabilidade [individual]. O Pará virou um exemplo. A gente ainda não tem o conforto de falar assim 'vou vender essa carne mais caro', mas tem uma previsão do futuro de que se não for vender mais caro, não vai vender mais barato do que está”,** diz ele, que já faz rastreamento de seu gado há vários anos.

O próximo passo, diz Paulinelli, é trabalhar para que sua participação na cadeia seja 'carbono neutro', uma nova exigência do mercado.

Outra experiência bem sucedida neste sentido foi trazida por **Francisco Vincter**, da Uniec. Ele fala da Aliança Paraense pela Carne, que uniu produtores, indústria e varejo e foi essencial, entre outros fatores, justamente por melhorar a comunicação entre os elos da cadeia.

Ele defende que a realidade histórica dos produtores rurais que ajudaram a alicerçar a pecuária no Pará seja considerada e respeitada no trabalho de transição para a pecuária mais sustentável, mas que, de modo geral, o produtor rural não está interessado em desmatamento.

**“Do ponto de vista econômico não interessa à pecuária e aos pecuaristas o desmatamento, apenas alguns que levam vantagem com isso. Separar isso é importante porque não podemos responsabilizar a pecuária, mas, sim, devemos encontrar os desmatadores, e nessa luta nós estamos juntos”,** diz.

Também Vincter citou a campanha contra febre aftosa como uma experiência positiva e que lançou luz sobre a importância da união e adesão dos diferentes atores da cadeia da proteína animal em busca da solução de problemas.

Ele lembra que a campanha contra aftosa tem hoje 98% de cobertura - cifra maior até do que a cobertura da vacinação contra poliomielite no país -, o que foi essencial para a abertura e manutenção de mercados exteriores.

Na visão de Vincter, no entanto nem sempre a pecuária legal é sustentável. Isso porque, segundo ele, 80% de Reserva Legal na Amazônia não é sustentável para o produtor. Já a pecuária que é sustentável é sempre realizada dentro da legalidade, diz.



Outro ponto mencionado pelo coordenador da Abiec foi a falta de assistência aos pequenos produtores rurais. Segundo dados trazidos por ele, 92% dos pequenos produtores paraenses estão instalados em fazendas de até 500 hectares. Eles são responsáveis por 39% da produção, mas a falta de assistência penaliza sua produtividade, que poderia ser muito maior.

Em sua fala, Vincter também lembrou da realização, em abril de 2022, do 1º Pecuariando - Encontro da Cadeia Agroindustrial, Comercial e de Serviços da Pecuária Paraense, que tinha como tema ““A pecuária recupera o Pará: resposta do Estado aos desafios da produção sustentável na Amazônia”.” No evento, a Aliança Paraense pela Carne lançou um manifesto em prol da Sustentabilidade na Amazônia.

**““Pecuariando é mais um projeto dentre muitos que estão surgindo para a sustentabilidade na cadeia”,” diz.**

O projeto da Aliança é justamente focado nos pequenos e médios produtores, para capacitação a regularização da ““base da pirâmide”” da pecuária, o que irá facilitar, inclusive, a implementação da rastreabilidade dos fornecedores indiretos, defende Vincter.

Para **Marcelo Oliveira**, da Pec Plus, o avanço em direção a uma pecuária mais sustentável, no entanto, ainda é muito lento, apesar das inúmeras vantagens.

Em sua fala, ele lembrou que, há alguns anos, o frigorífico Rio Madeira chamou a PecPlus para fazer um trabalho junto aos caminhoneiros e pessoal do curral de seu empreendimento, e que este trabalho foi essencial para modificar paradigmas que inviabilizavam o manejo.

Mesmo assim, o movimento em busca de práticas mais sustentáveis não tem ocorrido por iniciativa do produtor, diz. Segundo dados apresentados, 90% dos contratos fechados com a PecPlus são dos frigoríficos que procuram a empresa e não o próprio produtor, que é o beneficiário direto.

**““O pecuarista tem resistência de fazer quebra pra mudar e pedir opinião. Alguns tem aversão à tecnologia. A imensa maioria dos currais são plantas dos anos 80 e 90, então tem pouca coisa pensada de uma forma mais moderna, que vai conseguir trabalhar o manejo racional e o bem-estar animal no dia a dia. Mas existe uma série de atividades na fazenda pra melhorar o manejo, como identificação eletrônica, cerca elétrica, suplementação para diminuir tempo do animal na propriedade. A ideia de bem-estar animal vem**

**ao encontro do que o pecuarista quer”,” defende.**

Oliveira também lembrou dos benefícios indiretos da adoção de práticas mais sustentáveis, como o bem-estar dos próprios funcionários, o que ajuda a aumentar ainda a produção.

A 3ª mesa dos Diálogos Boi na Linha terminou com a participação de **Mauro Lúcio Costa**, proprietário da Fazenda Marupiara, uma referência no uso de práticas sustentáveis na pecuária desenvolvida dentro do bioma amazônico.

Costa defendeu que a mudança da pecuária extensiva realizada na Amazônia para uma pecuária intensiva e mais sustentável depende de uma mudança na mentalidade do produtor.

Segundo ele, o produtor rural precisa entender que a adoção de boas práticas é benéfica também economicamente e que a ““pressão”” que o produtor sente hoje, deve ser encarada como uma possibilidade de se ter um ““preço”” no produto produzido.

Para Costa, a melhor ferramenta de gestão que o produtor pode ter é a rastreabilidade, cuja implementação é pouco custosa quando se leva em conta o ganhos econômicos associados à sua adoção.

**““Temos que colocar no mercado o que o mercado quer. Todo mundo está preocupado com R\$ 20 que vai custar o brinco. Mas se dividir os R\$ 20 pelo tempo que o boi fica no pasto, se for 20 meses, dá R\$ 1 por mês. E se dividir pelo quilo do boi, não dá nada”,” diz.**

Para ele, é preciso não só melhorar a comunicação com esses produtores, mas também as técnicas de comunicação utilizadas. A utilização de números, de exemplos matemáticos, diz, tem muito mais efeito no produtor do que somente o uso de palavras.

Além disso, a partir de sua experiência, Costa defendeu que a pecuária precisa forçar limites e explorar ao máximo suas potencialidades para aumentar o ganho em produção. Em suas fazendas, por exemplo, ele já conseguiu ter 10 cabeças de gado por hectares de terra, enquanto a média de ocupação na Amazônia é de cerca de 1 cabeça.

**““Se a o número de cabeças está pequeno, vamos exercitar para aumentar, vamos forçar. Se temos que gastar energia, vamos gastar para explorar esse**

**potencial. A gente fala em no máximo 2 cabeças, mas isso era na década de 70-80, isso não considera tecnologia. Nosso potencial é ainda maior e precisamos usar essas nossas potencialidades. Mas como usamos? Levando conhecimento”, diz.**

Costa ainda defendeu a observância às leis ambientais e a participação do produtor para o cumprimento de tais leis, já que as ações de comando e controle executadas pelo poder público na contenção de crimes não têm sido totalmente efetivas.

**“Comando e controle não está dando conta de controlar. Nós, pecuaristas, é que temos que fazer isso. Tudo o que somos impostos a fazer é por causa dessas pessoas que estão lá desmatando. Precisamos analisar a responsabilidade focada no futuro que eu quero para meu negócio”.**



### **MESA 3 EM TÓPICOS**

- O compromisso com a sustentabilidade é uma questão de ética e uma demanda de mercado, ao mesmo tempo que uma oportunidade.
- O setor ainda enfrentará muitos desafios para reduzir as emissões de gases estufa e precisa encontrar uma forma de convergir legalidade e sustentabilidade.
- A adoção de melhores práticas de manejo é imperativa para alcançar a sustentabilidade.
- Pequenos produtores precisam ter mais espaço e maior participação nos debates sobre sustentabilidade.
- Governos municipais também precisam ser incluídos no processo.
- A comunicação, principalmente com pequenos produtores, precisa melhorar. Uma estratégia pode ser a utilização de números associados aos ganhos em produtividade.
- Oferecer assistência técnica é essencial, principalmente para os pequenos produtores.
- A rastreabilidade se mostra como principal ferramenta para aumentar o ganho em eficiência. O investimento é pequeno diante do retorno financeiro da prática.
- Os limites de produção da cadeia precisam ser estendidos para que o número de animais por hectare seja muito maior.
- Observância às leis ambientais só trazem benefício ao produtor.
- O produtor precisa ser parceiro do poder público para garantir de execução das leis ambientais.

## MESA4 • Boi na Linha

### FORNECEDORES INDIRETOS - RASTREABILIDADE E TRANSPARÊNCIA COMO DIFERENCIAIS DE NEGÓCIO



**Jordan Timo** -  
Diretor da  
NicePlanet  
Geotecnologia



**Sandra Catchpole**  
Head de ESG,  
Compliance &  
Proteção de Dados  
da Masteroi



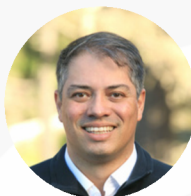
**Rafael Andrade**  
Diretor da Green  
Level Environmental  
Strategy



**Pedro Burnier**  
Diretor de Cadeias  
Agropecuárias da  
AdT



**Larissa Ikeda**  
Consultora em  
engajamento na  
NWF



**Fábio Medeiros**  
Líder de parcerias  
estratégicas em  
pecuária na TNC

comentarista

## mediador

**Lisandro Inakake**  
Gerente de projetos  
do Imaflora





REALIZAÇÃO  
**BOI NA LINHA**

PARCEIROS  
**imafiora** **DURLI** **VALENCIO**

## DIÁLOGOS BOI NA LINHA

**WESA 4** Fornecedores Indiretos - rastreabilidade e transparência como diferenciais de negócio

**Larissa Heda**

Coordenadora de Empacotamento  
na NAVE

**Pedro Sumier**

Coordenador de Operações  
Agriculturais da A&F

**Sandra Catão**

Diretora de ESG, Comunicação e  
Proteção ao Cliente da Fátima

**Lisandro Inakake**

Gerente de Projetos

**Jordan Timo**

Parceiro e Diretor da  
Agricultura

**Rafael Andrade**

Diretor de Green Level  
Resposta, Massa Strategy

**Fabio Medeiros**

COMENTARISTA  
Diretor Nacional, Estratégia  
em Negócios na TNC



## MESA 4

# Fornecedores Indiretos - rastreabilidade e transparência como diferenciais de negócio

### PARTICIPANTES

**Pedro Burnier** - Gerente do Programa Pecuária na organização Amigos da Terra (AdT)

**Larissa Ikeda** - Especialista em Engajamento Corporativo da International Wildlife Federation (NWF)

**Sandra Catchpole** - Coordenadora do programa de ESG da Masterboi

**Jordan Timo** - Diretor da NicePlanet Geotecnologia

**Rafael Andrade** - Diretor da Green Level Environmental Strategy

### COMENTARISTA

**Fábio Medeiros** - Líder de Parcerias Estratégicas na cadeia da pecuária da TNC

### MEDIAÇÃO

**Lisandro Inakake** - Gerente de projetos no Imaflora, liderando o Boi na Linha

Pela forma como a cadeia de produção da carne está estruturada atualmente no Brasil, ainda não é possível garantir com segurança que o bife que chega aos pratos dos consumidores, internos e externos, não esteja associado ao desmatamento durante sua produção.

Isso ocorre porque os animais podem passar por diversas fazendas ao longo da criação, desde o nascimento até o momento do abate, e as iniciativas de controle hoje existentes, como o TAC da Carne, consideram apenas os fornecedores diretos, que estão na linha final desse processo.

Nos últimos anos, grandes produtores de proteína animal do país assumiram o compromisso de rastrear 100% de suas cadeias de fornecimento, mas o controle dos fornecedores indiretos continua sendo o calcanhar de Aquiles do setor.

A quarta mesa dos Diálogos Boi na Linha trouxe como primeiro debatedor para o tema o gerente de pecuária da organização Amigos da Terra, **Pedro Burnier**. Ele iniciou sua participação destacando as principais ferramentas usadas atualmente para a rastreabilidade da cadeia da carne, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Guia de Trânsito Animal (GTA).

Segundo Burnier, a Amigos da Terra mapeou as ferramentas de rastreabilidade existentes e identificou que cinco estão trabalhando com o tema, sendo que duas usam como base de dados a GTA e o CAR, e outras três usam informações do produtor, sendo os fornecedores diretos responsáveis por incluir as informações sobre os indiretos.

Ele também mencionou que a pecuária exercida de forma transparente já estabeleceu suas metas de rastreabilidade, como a JBS, que alega ter rastreado 57% de seus fornecedores indiretos, além de outras gigantes da carne que se comprometeram com a rastreabilidade total do rebanho até 2025.

Esse controle é importante, pois, em geral, apenas 1% dos produtores indiretos identificados como irregulares acabam contaminando 29% dos fornecedores diretos e 61% do volume abatido dos 15 frigoríficos analisados, relatou Burnier. O desafio é enorme, segundo ele. Atualmente, apenas 3% de todo o rebanho possui rastreabilidade individual.

Diante desse cenário, Burnier defende que, apesar de não ser o ideal, a GTA e o CAR devem ser de fato usados no processo, a fim de conferir celeridade no alcance das metas estipuladas.

Para tornar a implementação da prática mais efetiva, ele também defende que os ganhos financeiros resultantes da rastreabilidade sejam compartilhados com todos os elos da cadeia.

Segundo Burnier, o processo será ainda mais rápido e eficiente se não apenas os frigoríficos, mas também os produtores e o poder público, prestarem atenção a isso.

**“Um dia seremos como o Uruguai, que tem todo o rebanho rastreado, mas deve demorar. O Pará é o estado mais avançado nessa implementação. Estou torcendo para que esse Grupo de Trabalho de Rastreabilidade criado pelo governo funcione e, assim, teremos dois anos para tentar escalonar. Da mesma forma que o CAR validado é maior no Pará, a rastreabilidade também pode ser”,** disse.



**Larissa Ikeda**, da NWF, compartilhou a experiência da organização no processo de melhoria ambiental na pecuária, focando no trabalho em duas principais frentes: assistência técnica e engajamento no campo, realizado de forma individual e por meio de workshops e materiais de apoio.

Segundo ela, a NWF trabalha há 36 anos na busca por soluções nesse sentido e o contato com produtores e órgãos ambientais ajuda na identificação das melhores formas de regularização ambiental.

**”O ideal anula o possível” - a gente não precisa esperar chegar ao perfeito, esperar chegar ao ideal, porque ainda tem um longo caminho pela frente, mas a gente consegue trabalhar com o que é possível no hoje**”, disse.

Ikeda também enfatizou que o contato com o produtor deve ser contínuo, pois ações pontuais não levam a transformações significativas. “. “Fazendo um paralelo com o CAR, quando ele começou, houve muita resistência. Essa questão da rastreabilidade é na mesma linha, não vai ter volta. Vai ter resistência, vão ter muitos desafios, mas é um processo”, afirmou”.

Para ela, o futuro da pecuária sustentável está ancorado em duas palavras: engajamento e comunicação.

**Sandra Catchpole**, da Masterboi, também defendeu a comunicação e o contato direto com o produtor rural como uma das estratégias principais para alcançar o controle total da cadeia. Segundo ela, a Masterboi possui cerca de 5 mil fornecedores em sua base, alguns ainda bloqueados por irregularidades.

Para melhorar o cenário, a empresa firmou parceria com a NWF, que foi essencial para levar soluções e apoio aos fornecedores e para abrir um canal de comunicação com os indiretos. No começo, a receptividade dos produtores não foi fácil, diz, mas esse entrave não foi limitador.

**“Era uma caixa que estávamos abrindo e a gente não tinha ideia do que ia encontrar. De uma forma geral, os resultados percebidos foram muito mais otimistas do que pessimistas, mas a gente, através de apoio técnico da NWF, já foi para os pecuaristas com frentes de soluções [...] hoje estamos na 4ª etapa do processo. O relacionamento de confiança entre Masterboi e fornecedores é o nosso maior trunfo para qualquer que seja a ferramenta, qualquer que seja a estratégia que a gente venha fazer”**, diz.

**Jordan Timo**, ex-pecuarista e atual diretor da NicePlanet Geotecnologia, compartilhou a história de criação de sua empresa, voltada para o

desenvolvimento de tecnologias, análises e monitoramento ambiental na cadeia da carne, que surgiu da identificação de um nicho que precisava ser explorado e desenvolvido.

Para ele, a construção da pecuária legal e sustentável está ancorada em três pilares: o produtor rural com poder de decisão, os benefícios econômicos da rastreabilidade e a possibilidade de readequação ambiental.

**“A primeira questão é o produtor rural, ele é que tem o poder de decisão e temos que dar foco nesse principal agente de mudança na rastreabilidade [...] A segunda questão é que criar dados não é barato, esse dado gerado pelo produtor não sai de graça, então tem que haver benefício para o produtor, que não precisa necessariamente ser remuneração direta. Se você cria um programa de assistência técnica, você consegue melhorar o desempenho do animal e custear o processo [...] O terceiro pilar é dar ao produtor rural a condição de resolver os problemas ambientais e voltar a ser conforme”, diz.**

Segundo Timo, a demanda existe. Sua empresa recebeu o pedido de 100 mil brincos em apenas três meses, por exemplo. **“Fazemos parte da história disso tudo. É estimulante que exista engajamento em toda cadeia e é gratificante entender que o produtor é o agente principal, concluiu.”**

**Rafael Andrade** foi o quarto debatedor da mesa e falou do Programa de Rastreabilidade Individual e Monitoramento de Indiretos, ou Protocolo PRIMI. Ele também destacou dois dos principais entraves na implementação da rastreabilidade individual: o engajamento do produtor e o ganho em escala, que podem ser conseguidos com protocolos existentes.

Atualmente, os maiores ganhos financeiros não chegam à base do processo: o valor vai se agregando ao longo da cadeia, e as marcas ficam com as maiores margens. Essa lógica precisa mudar, disse.

**“É preciso fazer essa transferência de margens das marcas, que é onde está a maior concentração de valor, para o produtor”, defendeu.**

Na avaliação de Andrade, outros atores indiretamente ligados à cadeia também deveriam ser envolvidos, como marcas consumidoras das matérias-primas da pecuária, associações e organizações não governamentais.

**“O que a gente tem feito, em conjunto e sempre colaborativamente, é tentar trazer marcas, associações, ONGs, pra dentro de um projeto de colaboração**

**em que a gente consiga ganhar força, mostrar resultados, mostrar volume, mostrar perspectivas de escala pra conseguir acessar esses recursos tão lá fora”, diz.**

Segundo ele, o processo de transferência de margens não é fácil. Questões burocráticas e complicações necessitam de regras de governança e diálogo entre os diferentes pontos da cadeia para elaborar soluções com clareza e efetividade. **“A colaboração é fundamental”**, concluiu.

**Fábio Medeiros**, da TNC, encerrou a quarta mesa dos Diálogos Boi na Linha com seus comentários. Segundo ele, a pecuária no Pará já superou inúmeros desafios, mas novos desafios se impõem, como o aquecimento global.

Ele também destacou que poucos produtores fora da legalidade contaminam os que estão em conformidade, e a busca pela legalidade e sustentabilidade da cadeia deve ser tratada como a erradicação da febre aftosa.

**“A TNC enxerga com muito valor o trabalho de rastreabilidade utilizando GTA e CAR. É um avanço, é o melhor que temos hoje, mas a gente tem que buscar o futuro. A gente tem que construir junto com o país, e principalmente com o estado, esse caminho para a legalidade”**, defende.

Medeiros afirmou que a pecuária precisa avançar em transparência, informação e engajamento. **“A cadeia precisa de mais transparência, informação, projetos de imagem, para atender os requisitos de hoje e os de amanhã [...] O produtor tem que ser o centro do processo, essa é a chave, e tem que ser igual para todos [grandes e pequenos]. O grupo criado pelo governo do Pará vai discutir como conseguimos isso, mas não temos mais tempo para testes pilotos. No momento, o que a gente precisa, em termos de mudanças climáticas e acesso a mercados nacionais e internacionais, é fazer escala, volume, mostrar que essa cadeia produtiva é integrada e que ela pode caminhar junto”**.



## **MESA 4 EM TÓPICOS:**

·Para aumentar a celeridade, GTA e CAR podem ser usados como ferramentas de rastreabilidade;

- Para dar maior eficiência ao processo e engajar produtores, os ganhos financeiros resultantes da rastreabilidade deveriam ser compartilhados com todos os elos da cadeia;
- A assistência técnica e o engajamento no campo são duas das principais estratégias que precisam ser adotadas para alcançar bons resultados;
- A implementação da rastreabilidade pode encontrar resistência entre os produtores, mas isso faz parte do processo, que deve ser contínuo para ganhar confiança;
- Engajamento e comunicação aparecem como duas palavras-chave;
- O processo de construção da pecuária legal e sustentável está ancorado em três pilares: o produtor rural com poder de decisão, os benefícios econômicos da rastreabilidade e as condições de readequação ambiental;
- Para ganhar escala e volume, os atores indiretos da cadeia também deveriam ser chamados, como marcas, associações e organizações não governamentais;
- Soluções precisam ser criadas com maior clareza e efetividade, e isso só será possível unindo todos os elos da cadeia. A colaboração é fundamental;
- O produtor precisa estar no centro do processo, tanto os grandes quanto os pequenos;
- A pecuária enfrenta novos desafios, como as mudanças climáticas, e não há mais tempo para testes piloto.



## Conclusões e recomendações

A primeira edição dos Diálogos Boi na Linha, realizada em Marabá (PA), reuniu produtores rurais, representantes de frigoríficos, varejistas e instituições financeiras, membros da academia e estudantes para debater temas cruciais para a sustentabilidade da cadeia da carne.

Por meio das contribuições de seus palestrantes e participantes, durante todo o evento foram apresentadas diferentes ferramentas, soluções, iniciativas e ciência já implementadas no Pará em busca de uma pecuária mais sustentável.

Os debates destacaram o protagonismo do Pará no controle da cadeia da carne e seu potencial para servir de exemplo para os demais estados amazônicos.

O evento também ressaltou a importância e o impacto do programa Boi na Linha, alinhado com o Ministério Público Federal, que trouxe regras harmonizadas para o monitoramento, a auditoria e o relatório dos processos de controle da cadeia da carne.

Apesar dos avanços apresentados, algumas medidas importantes ainda precisam ser tomadas para que a cadeia da carne no Pará alcance a sustentabilidade, como melhorar o diálogo entre seus diferentes atores, identificar dissensos remanescentes e definir agendas comuns a todos.

### Tais medidas foram resumidas e sistematizadas em 10 recomendações:

- 1** As medidas de controle da cadeia precisam ganhar escala. Isso será alcançado por meio do diálogo, da articulação e do trabalho conjunto entre os diferentes atores, com os produtores no centro. É necessário que esses atores estabeleçam uma agenda de implementação em escala para rastrear o rebanho e monitorar o animal desde a criação até o abate, em todo o estado do Pará e em curto prazo.
- 2** Todo o rebanho precisa ser rastreado de forma obrigatória até a Conferência do Clima da ONU de 2025, a COP-30, a ser realizada em Belém. Apenas assim será possível demonstrar responsabilidade e garantir a qualidade da maioria dos pecuaristas brasileiros, assegurando a permanência no mercado internacional, o acesso ao crédito e o respeito aos limites de emissões de gases de efeito estufa.

- 3** A requalificação dos produtores deve ser consistente e rápida. Nenhum produtor pode ser deixado de fora.
- 4** Os programas de controle existentes, como o CAR 2.0 e o SIFLOR, precisam avançar rapidamente, pois são ferramentas fundamentais para a requalificação.
- 5** Os incentivos para o controle da cadeia precisam ser claramente definidos e disponibilizados de forma simples, clara e acessível a todos os produtores. Devemos ser inovadores nos incentivos, não apenas no crédito agrícola, nas tributações, na isenção fiscal ou na assistência técnica, mas também considerar a biodiversidade, o carbono e outras formas de incentivos ao produtor, que não devem se limitar ao último elo da cadeia.
- 6** A transição para a pecuária sustentável deve ser justa e incluir todos os produtores rurais, incluindo os de pequeno porte. A solução de um problema ambiental não deve criar um problema social.
- 7** O mercado financeiro, a indústria do couro e o varejo devem avançar na implementação em escala de seus compromissos.
- 8** O Ministério Público Federal deve fortalecer o Termo de Ajustamento de Conduta da Carne (TAC da Carne) e iniciar imediatamente o trabalho com os fornecedores indiretos.
- 9** A comunicação e o engajamento da base produtiva devem ser aprimorados, com uma linguagem adequada às diferentes gerações envolvidas na agricultura, incluindo jovens, mulheres, idosos e crianças. Os veículos de comunicação devem ser usados como ferramentas de engajamento.
- 10** É imperativo que os produtores compreendam os benefícios da rastreabilidade para a gestão do rebanho e dos negócios, e que todos os presentes na primeira edição dos Diálogos Boi na Linha trabalhem para instituir uma política pública de rastreabilidade que cubra todo o rebanho brasileiro.

